EDIÇÃO
#03
JULHO.2021

OBSERVATÓRIO
castanha-da-amazônia

BOLETIM DE POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO

Foto: André Dib / WWF-Brasil

FINANCIAMENTO PARA A CASTANHA

O panorama atual de financiamento da cadeia da castanha-da-amazônia ainda é marcado pelos sistemas históricos de financiamento dos produtos agroextrativistas. Por meio da figura dos atravessadores - popularmente chamados “regatões” ou “marreteiros” - a engrenagem do “aviamento” segue sendo o principal mecanismo de financiamento para a coleta da castanha em muitos territórios amazônicos.

Para realizar a coleta, as famílias e grupos extrativistas precisam comprar diversos itens utilizados durante os períodos dentro da floresta, como combustível, mantimentos, equipamentos e medicamentos. Mas muitas delas não podem arcar com essas despesas e firmam contratos verbais com comerciantes atravessadores em que recebem o pagamento - ou parte dele - adiantado pela castanha que irão coletar, cobrindo, dessa forma, os custos dessa atividade.

Nesse contexto de informalidade e desinformação, é comum que comerciantes atravessadores de castanha vendam esses produtos a prazo por preços elevados e recebam em troca o resultado da coleta - uma troca bastante desvantajosa para o extrativista. Em outros casos, os compradores

atravessadores podem realizar empréstimos, forçando o preço de venda da castanha para baixo, absorvendo grande parte do valor do trabalho do castanheiro e estabelecendo um ciclo de endividamento contínuo.[1]

Por outro lado, embora a presença dos atravessadores em alguns locais crie esse tipo de relação comercial por vezes injusta, em muitas localidades é a sua presença que viabiliza a estruturação da cadeia. Isso acontece especialmente em comunidades isoladas, onde o atravessador comerciante acaba sendo o único elo existente entre os extrativistas e o mercado, mas também em territórios onde a organização comunitária é incipiente, pouco engajada ou menos estruturada.

Cabe ressaltar que existem iniciativas importantes de organização comunitária da produção onde arranjos de financiamento e apoio a partir de recursos de projetos oriundos de organizações do terceiro setor e programas de cooperação resultam em experiências exitosas e inovadoras em territórios e arranjos interinstitucionais específicos.

A dificuldade de acesso a recursos, seja para custeio da atividade, capital de giro ou para investimentos de qualquer natureza, reduz fortemente as chances de se alcançar melhores preços e remuneração ao extrativista. Contribui ainda para fragilizar as boas práticas e a gestão da qualidade na cadeia, o controle e rastreabilidade da produção, o desenvolvimento de capacidades técnicas nas comunidades e os investimentos em tecnologia e estrutura.[2]

Contudo, sendo a castanha-da-amazônia um dos mais importantes produtos da bioeconomia amazônica e brasileira, situada entre as três maiores cadeias do agroextrativismo para fins alimentícios no Brasil[3], e cuja produção está diretamente ligada à preservação da Amazônia e da cultura, tradição e modo de vida dos povos da floresta, é fundamental fomentar

1 Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB. "Potencialidades e limites da cadeia de valor da castanha-do-brasil em Boca do Acre", 2016
2 Policy Brief Diálogos da Castanha — Português (Brasil) (www.gov.br)
3 Policy Brief Diálogos da Castanha — Português (Brasil) (www.gov.br)

Foto: Juvenal Pereira / WWF-Brasil

Foto: Simone Giovine/ColetivoBeture/AFP

políticas públicas de acesso a crédito adequadas para apoiar e incentivar os extrativistas a manterem e desenvolverem a atividade em seus territórios.

A cadeia da castanha-da-amazônia tem enorme peso econômico, movimentando no mundo aproximadamente US$ 400 milhões por ano e gerando ocupação e renda para mais de 60 mil famílias de povos e comunidades tradicionais, mais de 100 organizações comunitárias como cooperativas, associações e agroindústrias[4], e mais de 60 empresas beneficiadoras e comercializadoras na Amazônia e em outras regiões do Brasil[5].

É uma cadeia chave para o uso econômico da floresta em pé e, consequentemente, para a conservação da Amazônia. No entanto, apesar do seu caráter estratégico do ponto de vista ambiental, social e econômico e do seu potencial para contribuir com o conceito de "bioeconomia', a cadeia da castanha-da-amazônia é historicamente negligenciada e desarticulada, caracterizada por um altíssimo grau de informalidade e sérias fragilidades tecnológicas e gerenciais, com impactos negativos em boas práticas de produção, agregação de valor, rastreabilidade e coordenação entre atores.

Somente as organizações e relações privadas são insuficientes para a coordenação de qualquer atividade produtiva. Um ambiente regulatório e a existência de políticas públicas adequadas possuem papel fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cadeia de valor. Logo, a cadeia da castanha-da-amazônia necessita de uma combinação inteligente de instrumentos regulatórios e políticas públicas adequadas, com a contribuição ativa dos atores políticos, econômicos e da sociedade civil.

Nesta edição, o **Boletim do OCA** traz um resumo dos principais pontos relacionados ao ambiente regulatório e às políticas públicas para financiamento, um dos mais importantes desafios para a cadeia de valor da castanha-da-amazônia.

---

4 Policy Brief Diálogos da Castanha — Português (Brasil) (www.gov.br)

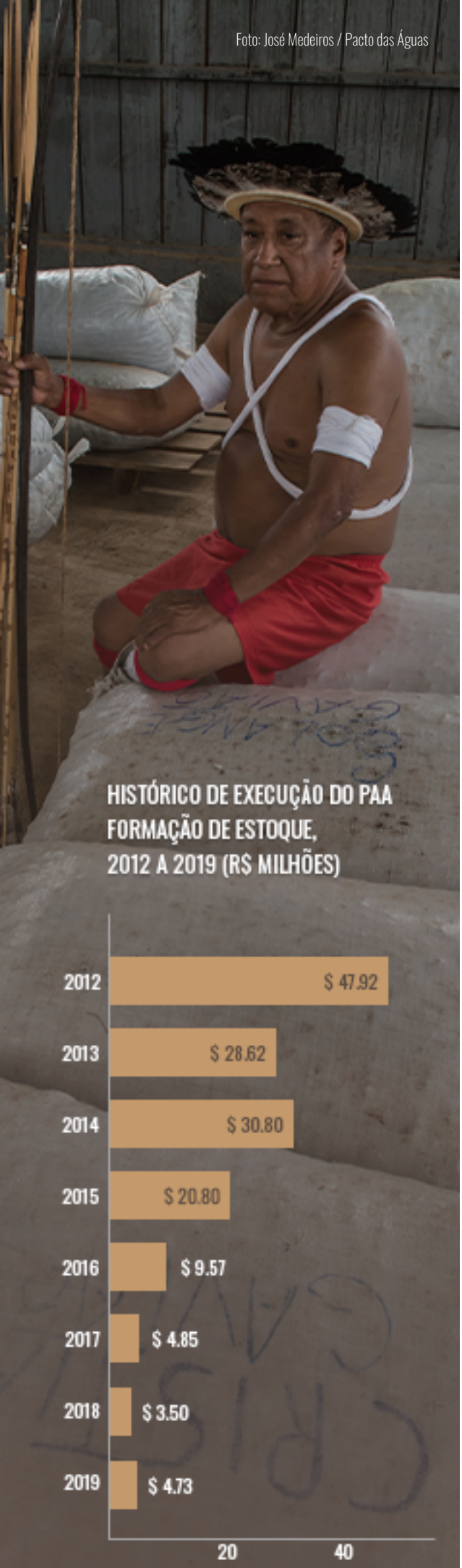
5 Coordenação Geral de Qualidade Vegetal - CGQV/DIPOV | Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Foto: José Medeiros / Pacto das Águas

ESTÃO NO RADAR DO OCA:

- PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, MODALIDADE FORMAÇÃO DE ESTOQUE (PAA FE)
- PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, O PRONAF

Foto: José Medeiros / Pacto das Águas



Fonte: Dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, MODALIDADE FORMAÇÃO DE ESTOQUE (PAA FE)

Algumas políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na sua modalidade Formação de Estoque (PAA FE), cumpriram indiretamente um importante papel de financiamento para a castanha-da-amazônia nos últimos anos. Em 2019, por exemplo, as castanhas em geral foram os principais produtos apoiados pelo PAA FE, com 17% de todo o valor aplicado no país.[6]

O PAA foi criado para organizações fornecedoras constituírem estoques de alimentos para posterior comercialização e devolução dos recursos ao poder público. Entretanto, essa importante política de apoio financeiro tem passado por reduções orçamentárias significativas.[7]

O PAA FE, que já chegou a executar aproximadamente R$ 48 milhões no ano de 2012, beneficiando quase 12 mil agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais em todo Brasil, executou em 2019 menos de 10% desse valor (R$ 4,7 milhões), beneficiando apenas 767 famílias. Já em 2020 a modalidade não foi sequer executada por falta de recursos.[8]

Nesse sentido, entende-se que as soluções de financiamento num novo ciclo de políticas públicas inovadoras para os próximos anos, poderiam se voltar para as políticas de crédito rural tradicionais como as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apesar da grande dificuldade no seu acesso.

---

6 Conab - Execução do PAA

7 Instituto Conexsus: "Finanças que impactam: Estudo sobre Oportunidades de Financiamento para a Cadeia da Castanha-do-Brasil", 2021

8 Dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania

Foto: José Medeiros / Pacto das Águas

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, O PRONAF

Criado em 1995, o PRONAF consolidou-se como importante política pública para a agricultura familiar no Brasil. Para a safra 2021/2022, o programa disponibilizou R$ 39,34 bilhões[9] em crédito subsidiado para esse público, mas financiando predominantemente as cadeias da pecuária e de grãos.

Do total disponibilizado nos últimos anos (R$ 33 bilhões/ano), apenas cerca de 6% (R$ 2 bilhões) foi mobilizado para a Amazônia. Dessa fração na safra 2019/2020, apenas 2,8% (R$ 55 milhões) foram destinados às cadeias de produção sustentável e florestal, sendo que somente 0,4% (R$ 8,4 milhões) foi destinado para financiamentos específicos para a cadeia da castanha-da-amazônia. **Ou seja, dos R$ 33 bilhões em crédito subsidiado do PRONAF, apenas R$ 8,4 milhões chegaram para essa cadeia de valor tão estratégica[10].**

As soluções para o baixo uso do PRONAF por cadeias da sociobiodiversidade, como a da castanha-da-amazônia, podem passar pela criação de percentual mínimo de aplicação do montante de financiamento anual do PRONAF para a região amazônica, para a bioeconomia e para as atividades extrativistas sustentáveis.[11] **Entretanto, a simples destinação de uma cota do PRONAF para a sociobiodiversidade é uma solução insuficiente caso não se resolvam gargalos estruturais que impedem o acesso ao crédito, com suas diversas dimensões: dos extrativistas, das organizações comunitárias, dos bancos e instituições financeiras, da política pública e da assistência técnica.**

---

9 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

10 Instituto Conexsus: "Finanças que impactam: Estudo sobre Oportunidades de Financiamento para a Cadeia da Castanha-do-Brasil, 2021.

11 Instituto Escolhas e IRICE: "Agenda para o Destravamento da Bioeconomia"

Foto: Simone Giovine / Coletivo Beture / AFP

Algumas ações são estratégicas para resolver os gargalos neste tema, entre as quais o **OCA** destaca[12]:

a) praticar sistemas financeiros de proximidade, permitindo a aproximação entre quem opera o crédito rural e quem deseja acessá-lo;

b) criar ações voltadas para o "crédito rural educativo", fortalecendo ações de assistência técnica (ATER) e desenvolvimento de capacidades em educação financeira, além de oferecer condições de remuneração digna e de infraestrutura para trabalhadores dos serviços de ATER;

c) fortalecer e dar escala à formação e ao trabalho de "ativadores de crédito socioambiental", técnicos locais das organizações comunitárias ou de ATER, com conhecimento e experiência na orientação técnica às atividades produtivas locais, na organização das informações e documentação necessárias à contratação de operações do crédito rural, e na elaboração de planos ou projetos de crédito de custeio e investimento, assim como já vem sendo feito a partir da parceria entre o Instituto Conexsus e o Banco da Amazônia;

d) pelas características de coletividade da cadeia da castanha, fortalecer as ações de ATER para melhoria da gestão em cooperativas comunitárias, como forma de viabilizar o acesso a linhas de crédito do PRONAF para pessoa jurídica (PJ), que apresentam maior dificuldades de acesso;

12 Instituto Conexsus: "Finanças que impactam: Estudo sobre Oportunidades de Financiamento para a Cadeia da Castanha-do-Brasil", 2021.

Foto: Ayslaner Gallo / WWF-Brasil

e) considerando que a maior parte das organizações comunitárias da cadeia da castanha são associações, e que, portanto, não acessam financiamento, se faz importante ampliar o uso e aplicações do PRONAF B para pessoas físicas (CPF), linha de financiamento em que a maioria dos extrativistas se encaixa e que se assemelha ao microcrédito com condições muito vantajosas. É uma solução em que a contratação do crédito é individual, mas o uso dos recursos pode ser coletivo dentro da associação;

f) usar instrumentos de garantia complementar, combinando estruturas de financiamento híbrido para destravar gargalos da operação do crédito para a cadeia;

g) melhorar aspectos regulatórios, como a ampliação do prazo de validade das DAP para cinco anos - medida simples, sem custo e com mínimo risco - e a ampliação do uso do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) nas operações do PRONAF;

h) adotar padrões diferenciados de ATER aos extrativistas e aos negócios comunitários, por meio da ATER pública, privada, e de combinações e parcerias inteligentes entre diferentes serviços e fontes de recursos para esse fim. Para o caso da ATER pública, é importante assegurar recursos orçamentários mínimos do Governo Federal para a cadeia da castanha. Atualmente, os recursos previstos na LOA de 2021 para todos os serviços de ATER no Brasil são impraticáveis; e

i) ampliar o engajamento com empresas compradoras do setor.

Para solucionar essas questões, o diálogo entre as partes é fundamental. Neste sentido, o **OCA** promove em agosto mais uma rodada de **Diálogos Pró-Castanha da Amazônia,** desta vez sobre Financiamento e formas de acessar o PRONAF.

Fique ligado nas comunicações do **OCA** para não perder nenhuma novidade. Para se inscrever na lista de contatos do **Observatório**, clique aqui.

OBSERVATÓRIO
castanha-da-amazônia